No. 47132

Brazil
and
Dominican Republic

Extradition Treaty between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Dominican Republic. Brasilia, 17 November 2003

Entry into force: *25 November 2008 by the exchange of instruments of ratification, in accordance with article 31*

Authentic texts: *Portuguese and Spanish*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Brazil, 5 February 2010*

Brésil
et
République dominicaine

Traité d'extradition entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République dominicaine. Brasilia, 17 novembre 2003

Entrée en vigueur : *25 novembre 2008 par échange des instruments de ratification, conformément à l'article 31*

Textes authentiques : *portugais et espagnol*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Brésil, 5 février 2010*

[PORTUGUESE TEXT – TEXTE PORTUGAIS]

TRATADO DE EXTRADIÇÃO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DOMINICANA

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Dominicana
(doravante denominados "Partes"),

DESEJANDO tornar mais efetivos os esforços envidados pelas Partes no combate ao crime;

OBSERVANDO os princípios do respeito pela soberania e não-ingerência nos assuntos internos de cada uma das Partes, assim como as normas do Direito Internacional; e

CONSCIENTES da necessidade de empreenderem a mais ampla cooperação para a extradição de pessoas que estejam sendo processadas ou tenham sido condenadas pelas autoridades competentes das Partes,

CONCLUEM o presente Tratado nos termos que se seguem:

CAPÍTULO I
Da Obrigação de Extraditar

ARTIGO 1º

As Partes obrigam-se reciprocamente à entrega, de acordo com as condições estabelecidas no presente Tratado, e de conformidade com as normas internas de cada uma delas, das pessoas que respondam a processo penal ou tenham sido condenadas pelas autoridades judiciárias de uma das Partes e se encontrem no território da outra, para execução de uma pena que consista em privação de liberdade.

CAPÍTULO II
Da Admissibilidade

ARTIGO 2º

1. Para que se proceda à extradição, é necessário que:

a) a Parte requerente tenha jurisdição para julgar sobre os fatos nos quais se fundamenta o pedido de extradição, cometidos ou não em seu território;

b) as leis de ambas as Partes imponham penas mínimas privativas de liberdade de um ano, independentemente das circunstâncias e da denominação do crime; e

c) a parte da pena ainda não cumprida seja igual ou superior a um ano, no caso de extradição para execução de sentença.

2. Quando o pedido de extradição referir-se a mais de um crime, e algum deles não cumprir com os requisitos deste artigo, a extradição poderá ser concedida se pelo menos um dos crimes preencher as referidas exigências.

3. A extradição é cabível quanto a autores, co-autores e cúmplices, qualquer que seja o grau de participação no crime, de acordo com as disposições do presente Tratado.

4. Os fatos previstos em acordos multilaterais devidamente ratificados pelas Partes envolvidas no pedido, autorizam igualmente a extradição.

5. Em matéria de crimes tributários ou contra a ordem econômica, financeira e monetária, a extradição será concedida com observância deste Tratado e da legislação da Parte requerida. A extradição não poderá ser negada em razão de a lei da Parte requerida não estabelecer o mesmo tipo de imposto ou tributo, ou estes não serem regulamentados da mesma forma na lei de ambas as Partes.

CAPÍTULO III
Da Inadmissibilidade

ARTIGO 3º

1. Não será concedida a extradição:

a) quando, pelo mesmo fato, a pessoa reclamada já tenha sido julgada, anistiada ou indultada na Parte requerida;

b) quando a pessoa reclamada tiver que comparecer, na Parte requerente, perante Tribunal ou Juízo de exceção;
c) quando a infração penal pela qual é pedida a extradição for de natureza estritamente militar;

d) quando a infração constituir crime político ou fato conexo;

e) quando a Parte requerida tiver fundados motivos para supor que o pedido de extradição foi apresentado com a finalidade de perseguir ou punir a pessoa reclamada por motivo de raça, religião, nacionalidade ou opiniões políticas, bem como supor que a situação da mesma seja agravada por esses motivos.

2. A qualificação do crime caberá exclusivamente às autoridades da Parte requerida.

3. A alegação do fim ou motivo político não impedirá a extradição se o fato constituir, principalmente, infração da lei comum. Neste caso, a concessão da extradição ficará condicionada ao compromisso formal da Parte requerente de que o fim ou motivo político não concorrerá para o agravamento da pena.

4. Para os efeitos deste Tratado, considerar-se-ão crimes estritamente militares as infrações penais que encerrem atos ou fatos estranhos ao direito penal comum e que derivem, unicamente, de uma legislação especial aplicável aos militares e tendente à manutenção da ordem ou da disciplina nas Forças Armadas.

5. A simples alegação de uma finalidade política na prática de um crime não o qualifica como delito de tal natureza.

ARTIGO 4º

Para os efeitos deste Tratado, não serão consideradas infrações de natureza política:

a) os atentados contra a vida de um Chefe de Estado ou Governo estrangeiro, ou contra membros de sua família;

b) o genocídio, os crimes de guerra e os cometidos contra a paz e a segurança da humanidade;

c) os atos de terrorismo, tais como:

I- os atentados contra a vida, a integridade física ou a liberdade das pessoas que tenham direito a uma proteção internacional, incluídos os agentes diplomáticos;

II- a tomada de reféns ou o seqüestro de pessoas;

III- os atentados contra pessoas ou bens cometidos mediante o emprego de bombas, granadas, foguetes, minas, armas de fogo, explosivos ou dispositivos similares;

IV- os atos de captura ilícita de barcos ou aeronaves;

V- a tentativa de prática de crimes previstos neste artigo ou a participação, como co-autor ou cúmplice, de uma pessoa que cometa ou tente cometer ditos crimes; e

VI- qualquer ato de violência não compreendido entre os anteriores e que esteja dirigido contra a vida, a integridade física, a liberdade das pessoas, ou que vise a atingir instituições.

ARTIGO 5º

Para qualificar a natureza política do crime, a Parte requerida poderá ter em conta as circunstâncias de que a Parte requerente esteja revestida da forma democrática representativa de governo.

CAPÍTULO IV
Da Denegação Facultativa

ARTIGO 6º

1. Quando a extradição for procedente de acordo com o disposto no presente Tratado, a nacionalidade da pessoa reclamada não poderá ser invocada para denegar a extradição, salvo se uma disposição constitucional estabelecer o contrário. A Parte que por essa razão não entregar seu nacional promoverá, a pedido da Parte requerente, seu julgamento, mantendo-a informada sobre o andamento do processo e, finalizado este, remeterá cópia da sentença.

2. Para os efeitos deste Artigo, a condição de nacional será determinada pela legislação da Parte requerida, apreciada no momento da decisão sobre a extradição, e sempre que a nacionalidade não tenha sido adquirida com o propósito fraudulento de impedi-la.

ARTIGO 7º

A prescrição da ação ou da pena dos crimes pelos quais se solicita a extradição regular-se-á pela lei da Parte requerente. A Parte requerida, todavia, poderá denegar a extradição se a ação ou a pena estiverem prescritas segundo sua legislação.

ARTIGO 8º

Poderá ser denegada a extradição se a pessoa reclamada estiver sendo julgada no território da Parte requerida, pelos fatos que fundamentam a solicitação.

CAPÍTULO V
Das Garantias à Pessoa Extraditada

ARTIGO 9º

A pessoa extraditada em virtude deste Tratado não poderá:

a) ser entregue a terceiro país que a reclamar, salvo mediante concordância da Parte requerida; e

b) ser processada e julgada por qualquer outra infração cometida anteriormente, podendo, contudo, a Parte requerente solicitar a extensão da extradição concedida.

ARTIGO 10

À pessoa reclamada será garantida ampla defesa, assistência de um defensor e, se necessário, a de um intérprete, de acordo com a legislação da Parte requerida.

ARTIGO 11

Quando a qualificação do fato imputado vier a modificar-se durante o processo, a pessoa reclamada somente será processada ou julgada na medida em que os elementos constitutivos do crime que correspondam à nova qualificação permitam a extradição.

ARTIGO 12

A extradição não será concedida sem que a Parte requerente ofereça garantia de que será computado o tempo de prisão que tiver sido imposto à pessoa reclamada na Parte requerida, por força da extradição.

ARTIGO 13

Quando a infração determinante de pedido de extradição for punível com pena de morte, prisão perpétua ou penas atentatórias à integridade física e tratamentos desumanos ou degradantes, a Parte requerida poderá condicionar a extradição à garantia prévia, dada pela Parte requerente, por via diplomática, de que, em caso de condenação, tais penas não serão aplicadas, convertendo-se as duas primeiras na pena máxima privativa de liberdade prevista na legislação da Parte requerida.

CAPÍTULO VI
Do Procedimento

ARTIGO 14

1. O pedido de extradição será feito por via diplomática, mediante apresentação dos seguintes documentos:

a) quando se tratar de pessoa não condenada: original ou cópia autêntica do mandado de prisão ou de ato de processo criminal equivalente, emanado da autoridade estrangeira competente;

b) quando se tratar de pessoa condenada: original ou cópia autêntica da sentença condenatória e certidão de que a mesma não foi totalmente cumprida e do tempo que faltou para seu cumprimento.

2. As peças ou documentos apresentados deverão conter a indicação precisa do fato imputado, a data e o lugar em que foi praticado, bem como dados ou antecedentes necessários à comprovação da identidade da pessoa reclamada. Deverão ainda ser acompanhadas de cópias dos textos da lei aplicada à espécie na Parte requerente, dos que fundamentem a competência desta, bem como das disposições legais relativas à prescrição da ação penal ou da condenação.

3. A Parte requerente apresentará, ainda, indícios e provas de que a pessoa reclamada ingressou ou permanece no território da Parte requerida.

4. Se o pedido de extradição não estiver devidamente formalizado e instruído, a Parte requerida solicitará à Parte requerente que, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento da comunicação, supra as deficiências observadas. Decorrido esse prazo, o pedido será julgado à luz dos elementos disponíveis.

ARTIGO 15

Os documentos que instruírem o pedido de extradição serão acompanhados de tradução para o idioma da Parte requerida.

ARTIGO 16

Não será exigida a legalização quando os documentos tramitarem por via diplomática.

ARTIGO 17

Em caso de recusa da extradição, a decisão deverá ser fundamentada, não cabendo novo pedido com base nos mesmos fatos que originaram o anterior.

ARTIGO 18

A Parte requerente que obtiver a extradição comunicará à Parte requerida a decisão final proferida sobre a causa que deu origem ao pedido de extradição, se tal decisão inocentar o reclamado.

CAPÍTULO VII
Da Prisão Preventiva

ARTIGO 19

1. A Parte requerente poderá solicitar, em caso de urgência, a prisão preventiva da pessoa reclamada, assim como a apreensão dos objetos relativos ao crime.

2. Efetivada a prisão, o Estado requerente deverá formalizar o pedido no prazo de 60 (sessenta) dias. Caso não seja formalizado o pedido no prazo indicado, a pessoa reclamada será colocada em liberdade e só se admitirá novo pedido de prisão pelo mesmo fato se retomadas todas as formalidades exigidas neste Tratado.

ARTIGO 20

O pedido de prisão preventiva para extradição poderá ser apresentado pela Parte requerente à requerida por via diplomática ou por intermédio da Organização Internacional de Polícia Criminal – INTERPOL, podendo ser transmitido por correio, fax ou outro meio que permita a comunicação por escrito.

CAPÍTULO VIII
Da Entrega da Pessoa Reclamada

ARTIGO 21

1. Concedida a extradição, a Parte requerida comunicará imediatamente à Parte requerente que a pessoa reclamada se encontra a sua disposição.

2. Se, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da comunicação, a pessoa reclamada não tiver sido retirada pela Parte requerente, a Parte requerida dar-lhe-á liberdade e não a prenderá novamente pelo mesmo fato delituoso.

3. A entrega da pessoa reclamada ficará adiada, sob custódia da Parte requerida, sem prejuízo da efetivação da extradição, quando:

a) enfermidade grave impedir que, sem perigo de vida, seja ela transportada para a Parte requerente;

b) estiver sujeita a ação penal na Parte requerida, por outro delito. Caso esteja sendo processada, sua extradição poderá ser adiada até o fim do processo, e, em caso de condenação, até o cumprimento da pena.

ARTIGO 22

A Parte requerente poderá enviar à Parte requerida, com prévia aquiescência desta, agentes devidamente autorizados, para auxiliarem no reconhecimento da identidade da pessoa reclamada e para conduzi-la ao território do primeiro. Esses agentes não poderão exercer atos de autoridade no território da Parte requerida e ficarão subordinados às autoridades desta. Os gastos realizados correrão por conta da Parte requerente.

CAPÍTULO IX
Do Trânsito da Pessoa Reclamada

ARTIGO 23

1. O trânsito, pelo território de qualquer das Partes, de uma pessoa entregue por terceiro Estado a uma delas e que não seja nacional do país de trânsito, será permitido independentemente de qualquer formalidade judiciária. Para tanto, bastará simples solicitação feita por via diplomática, acompanhada da apresentação, em original ou cópia autêntica, do documento pelo qual o Estado de refúgio tiver concedido a extradição.

2. O trânsito poderá ser recusado por graves razões de ordem pública, ou quando o fato que determinou a extradição seja daqueles que, segundo este Tratado, não a justificaria.

3. Não será necessário solicitar o trânsito da pessoa reclamada quando se empreguem meios de transporte aéreo que não prevejam pouso no território do Estado de trânsito, salvo o caso de aeronaves militares.

CAPÍTULO X
Dos Custos

ARTIGO 24

Correrão por conta da Parte requerida os custos decorrentes do pedido de extradição, até o momento da entrega da pessoa reclamada aos agentes devidamente habilitados da Parte requerente, correndo por conta desta os que se seguirem, inclusive as despesas de traslado.

CAPÍTULO XI
Dos Documentos, Objetos e Valores

ARTIGO 25

1. Ressalvados os direitos de terceiros, e atendidas as disposições da legislação da Parte requerida, todos os documentos, objetos e valores que se relacionem com o crime e que, no momento da prisão, tenham sido encontrados em poder da pessoa reclamada, serão entregues, com esta, à Parte requerente.

2. Os documentos, objetos e valores em poder de terceiros, e que tenham igualmente relação com o crime, serão também apreendidos, mas somente serão entregues depois de resolvidas as exceções opostas pelos interessados.

3. Atendidas as ressalvas anteriores, a entrega dos referidos documentos, objetos e valores à Parte requerente será efetuada, ainda que a extradição, já concedida, não tenha sido efetivada por motivo de fuga ou morte da pessoa reclamada.

4. Caso os documentos, objetos e valores se façam necessários à instrução de processo em andamento, a Parte requerida poderá conservá-los pelo tempo necessário.

CAPÍTULO XII
Da Recondução da Pessoa Extraditada

ARTIGO 26

A pessoa extraditada que, depois de entregue por uma Parte à outra, lograr subtrair-se à ação da justiça e retornar ao território da Parte requerida, será presa mediante simples pedido feito por via diplomática, e entregue, novamente, sem outra formalidade, à Parte à qual já fora concedida a sua extradição.

CAPÍTULO XIII
Do Concurso de Pedidos

ARTIGO 27

Quando a extradição de uma mesma pessoa for pedida por mais de um Estado, proceder-se-á da seguinte maneira:

a) quando se tratar do mesmo fato, será dada preferência ao pedido do Estado em cujo território o delito houver sido cometido;

b) quando se tratar de fatos diferentes, será dada preferência ao pedido do Estado em cujo território houver sido cometido o delito mais grave, a juízo da Parte requerida;

c) quando se tratar de fatos distintos, mas que a Parte requerida repute de igual gravidade, será dada preferência ao pedido que for apresentado em primeiro lugar.

CAPÍTULO XIV
Da Solução de Controvérsias

ARTIGO 28

As controvérsias que surjam entre as Partes sobre as disposições contidas no presente Tratado, serão resolvidas mediante negociações diplomáticas diretas.

CAPÍTULO XV
Disposições Finais

ARTIGO 29

O pedido de extradição poderá ser denegado pela Parte requerida por razões de soberania nacional, de segurança, de ordem pública interna ou outros interesses fundamentais.

ARTIGO 30

O presente Tratado é sujeito a ratificação. Os instrumentos de ratificação serão trocados em São Domingos.

ARTIGO 31

O presente Tratado entrará em vigor 30 (trinta) dias após a troca dos instrumentos de ratificação e vigorará por tempo indeterminado.

ARTIGO 32

Cada Parte poderá, a qualquer momento, denunciar o presente Tratado, pela via diplomática. A denúncia terá efeito 6 (seis) meses após a data em que a outra Parte tenha recebido a respectiva notificação. Os pedidos de extradição em trâmite não serão afetados pela denúncia.

Feito em Brasília, em 17 de novembro de 2003, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DOMINICANA

[SPANISH TEXT – TEXTE ESPAGNOL]

TRATADO SOBRE EXTRADICIÓN ENTRE EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL Y EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA DOMINICANA

El Gobierno de la República Federativa de Brasil y el Gobierno de la República Dominicana, de ahora en adelante denominados "las Partes".

DESEANDO tornar mas efectivos los esfuerzos llevados a cabo por las Partes en la represión del delito;

OBSERVANDO los principios del respeto de la soberanía y de la no-ingerencia en los asuntos internos de cada una de las Partes, así como las normas del Derecho Internacional, y

CONSCIENTES de la necesidad de emprender la más amplia cooperación para la extradición de personas que estén procesadas o hayan sido declaradas culpables o condenadas por las autoridades competentes de las Partes,

CONCLUYEN el presente Tratado en los términos presentados a continuación:

CAPITULO I
De la Obligación de Extraditar

Articulo 1

Las Partes se obligan recíprocamente a la entrega, de acuerdo con las condiciones establecidas en el presente Tratado, y de conformidad con las normas internas de cada una de ellos, de las personas que respondan a un proceso penal o que hayan sido condenados por las autoridades judiciales de una de las Partes y que se encuentran en el territorio de la otra, para la ejecución de una pena que consista en privación de libertad.

CAPITULO II
De la Admisibilidad

Articulo 2

1. Para que se proceda a la extradición, es necesario que:

   a) La Parte requirente tenga Jurisdicción para juzgar los hechos en los cuales se fundamenta el pedido de extradición, cometidos o no en su territorio;

b) Las leyes de ambas Partes impongan penas mínimas de privación de libertad de un año, independientemente de las circunstancias y de la denominación del delito, y

c) La parte de la pena todavía no cumplida sea igual o mayor que un año, en el caso de extradición para ejecución de sentencia;

2. Cuando el pedido de extradición se refiera a más de un delito y algunos de ellos no cumplan los requisitos de este Articulo, la extradición podrá ser concedida si por lo menos uno de los delitos cumple con las referidas exigencias.

3. La extradición es aplicable a autores, coautores y cómplices, cualquiera sea el grado de participación en el delito, de acuerdo con las disposiciones del presente Tratado.

4. Los hechos previstos en acuerdos multilaterales, debidamente ratificados por las Partes involucradas en el pedido, autorizan igualmente a la extradición.

5. En materia de delitos tributarios o contra el orden económico, financiero y monetario, la extradición será concedida en cumplimiento de este Tratado y de la legislación de la Parte requerida. La extradición no podrá ser negada en razón de que la ley de la Parte requerida no establezca el mismo tipo de impuesto o tasa, o de que estos no estén reglamentados de la misma forma por la ley de ambas Partes.

CAPITULO III
De la Inadmisibilidad

Articulo 3

1. No será concedida la extradición:

a) cuando, por el mismo hecho, la persona objeto de reclamación, ya hubiera sido juzgada, amnistiada o indultada en la Parte requerida;

b) cuando la persona reclamada tuviera que comparecer en la Parte requirente ante un Tribunal o Juicio de excepción;

c) cuando la infracción penal por la cual es solicitada la extradición fuera de naturaleza estrictamente militar;

d) cuando la infracción constituya un delito político o hecho conexo;

e) cuando la Parte requerida tuviera motivos fundamentados para suponer que el pedido de extradición fue presentado con la finalidad de perseguir

o de sancionar a la persona reclamada por motivo de raza, religión, nacionalidad u opiniones políticas, así como si tuviera motivos para suponer que la situación de la misma estuviera agravada por tales motivos;

2. La calificación del delito corresponderá exclusivamente a las autoridades de la Parte requerida.

3. La alegación de la finalidad o motivo político no impedirá la extradición si el hecho constituyera, principalmente, infracción de la ley común. En dicho caso, la concesión de la extradición quedara condicionada al compromiso formal de la Parte requirente de que la finalidad o el motivo político no contribuirá al agravamiento de la pena.

4. A los efectos de este Tratado, serán considerados delitos estrictamente militares las infracciones penales que delimiten actos o hechos ajenos al derecho penal común y que deriven, únicamente, de una legislación especial aplicable a los militares y tendiente a la manutención del orden o de la disciplina en las Fuerzas Armadas.

5. La mera alegación de una finalidad política en la práctica de un crimen no lo califica como delito de tal naturaleza.

Artículo 4

A los efectos de este Tratado, no serán consideradas infracciones de naturaleza política:

a) atentados contra la vida de un jefe de Estado o Gobierno extranjero, o contra miembros de su familia;

b) el genocidio, los crímenes de guerra y los crímenes cometidos contra la paz y la seguridad de la humanidad;

c) los actos de terrorismo, tales como:

I – atentado contra la vida, la integridad física o la libertad de las personas que tengan derecho a una protección internacional, incluidos los agentes diplomáticos;

II – toma de rehenes o el secuestro de personas;

III – atentado contra personas o bienes cometidos mediante el empleo de bombas, granadas, cohetes, minas, armas de fuego, explosivos o dispositivos similares;

IV – actos de captura ilícita de barcos o aeronaves;

V – el intento de práctica de delitos previstos en este artículo o la participación, como coautor o cómplice, de una persona que cometa o intente cometer dichos delitos;

VI – cualquier acto de violencia no incluido entre los anteriores y que este dirigido contra la vida, la integridad física, o la libertad de las personas o que intenten afectar a las instituciones,

Artículo 5

Para calificar la naturaleza política del delito, la Parte requerida podrá tomar en cuenta la circunstancia de que la Parte requirente esté revestida de la forma democrática representativa de gobierno.

CAPITULO IV
De la Denegación Facultativa

Artículo 6

Cuando la extradición fuera procedente de acuerdo con lo dispuesto en el presente Tratado, la nacionalidad de la persona reclamada no podrá ser invocada para denegar la extradición, salvo si una disposición constitucional estableciera lo contrario. La Parte que por esta razón no entregue a su nacional promoverá, a pedido de la Parte requirente, su juicio, manteniéndola informada de la marcha del proceso, y finalizado éste, remitirá copia de la sentencia.

A los efectos de este Articulo, la condición de nacional será determinada por la legislación de la Parte requerida, apreciada en el momento de la decisión sobre la extradición, y con la condición de que la nacionalidad no haya sido adquirida con el propósito fraudulento de impedirla.

Artículo 7

La prescripción de la acción o de la pena de los crímenes por los cuales se solicita la extradición será regulada por la ley de la Parte requirente. La Parte requerida, además, podrá denegar la extradición si la acción o la pena hubiera prescrito según su legislación.

Artículo 8

Podrá ser denegada la extradición si la persona reclamada estuviera siendo juzgado en el territorio de la Parte requerida, por los hechos que fundamentan la solicitud.

CAPITULO V
De las garantías a la Persona Extraditada

Artículo 9

La persona extraditada en virtud de este Tratado no podrá:

a) ser entregada a un tercer país que la reclame, salvo mediante acuerdo de la Parte requerida; ni

b) ser procesada y juzgada por cualquier otra infracción cometida anteriormente, pudiendo, sin embargo, la Parte requirente solicitar la extensión de la extradición concedida.

Artículo 10

A la persona reclamada le será garantizada amplia defensa, asistencia de un defensor y, si fuera necesario, la asistencia de un interprete, de acuerdo con la legislación de la Parte requerida.

Artículo 11

Cuando la calificación del hecho imputado se modifique durante el proceso, la persona reclamada solamente será procesada o juzgada en la medida en que los elementos constitutivos del delito que corresponden a la nueva calificación permitan la extradición.

Artículo 12

La extradición no será concedida sin que la Parte requirente ofrezca garantía de que será computado el tiempo de prisión que haya sido impuesto a la persona reclamada en la Parte requerida, por fuerza de la extradición.

Artículo 13

Cuando la infracción determinante del pedido de extradición fuera punible con pena de muerte, prisión perpetua o penas que atenten contra la integridad física y tratamientos inhumanos o degradantes, la Parte requerida podrá condicionar la extradición a la garantía previa, dada por la Parte requirente, por vía diplomática, de que, en caso de condenación, dichas penas no serán aplicadas, convirtiéndose las dos primeras de ellas en la pena máxima de privación de libertad prevista por la legislación de la Parte requerida.

CAPITULO VI
Del Procedimiento

Artículo 14

1. El pedido de extradición será hecho por vía diplomática, mediante presentación de los siguientes documentos:

a) cuando se trate de persona no condenada: original o copia autentica del mandato de prisión o del acto de proceso criminal equivalente, emanado de la autoridad extranjera competente;

b) cuando se trate de persona condenada: original o copia autentica de la sentencia condenatoria y certificado de que la misma no fue totalmente cumplida y del tiempo que falto para su cumplimiento.

2. Las piezas o documentos presentados deberán contener la indicación precisa del hecho imputado, la fecha y el lugar en que fue practicado, así como datos o antecedentes necesarios para la comprobación de la identidad de la persona reclamada. Deberán también estar acompañadas de copias de los textos de la ley aplicable a la especie en la Parte requirente, de los que fundamenten la competencia de ésta, así como de las disposiciones legales relativas a la prescripción de la acción penal o de la condenación.

3. La Parte requirente también presentara pruebas o indicios de que la persona reclamada ingresó o permanece en el territorio de la Parte requerida.

4. Si el pedido de extradición no estuviera debidamente formalizado e instruido, la Parte requerida solicitara a la Parte requirente que, en el plazo de 60 (sesenta) días, a partir del momento en que fue recibida la comunicación, supla las deficiencias observadas. Transcurrido dicho plazo, el pedido será juzgado a la luz de los elementos disponibles.

Artículo 15

Los documentos que acompañan el pedido de extradición estarán acompañados de la traducción en el idioma de la Parte requerida.

Artículo 16

No será exigida la legalización, cuando los documentos se tramiten por vía diplomática.

Artículo 17

En caso de rechazo de la extradición, la decisión deberá ser fundamentada , no cabiendo un nuevo pedido basado en los mismos hechos que originaron el pedido anterior.

Artículo 18

La Parte requirente que obtenga la extradición, comunicara a la Parte requerida la decisión final proferida sobre la causa que dió origen al pedido de extradición, si tal decisión determinara la inocencia del reclamado.

CAPITULO VII
De la prisión preventiva

Artículo 19

1. La Parte requirente podrá solicitar, en caso de urgencia, la prisión preventiva de la persona reclamada, así como la aprehensión de los objetos relativos al delito.

2. Ejecutada la detención el Estado requirente deberá formalizar el pedido en el plazo de 60 (sesenta) días. En el caso que no fuere formalizado el pedido en el plazo indicado, la persona reclamada será puesta en libertad y solamente se admitirá un nuevo pedido de detención por el mismo hecho, si son retomadas todas la formalidades exigidas en este Tratado.

Artículo 20

El pedido de prisión preventiva para extradición podrá ser presentado por la Parte requirente a la requerida por vía diplomática o por intermedio de la Organización Internacional de Policía Criminal – INTERPOL-, el cual podrá ser enviado por correo, fax u otro medio que permita la comunicación por escrito.

CAPITULO VIII
De la entrega de la persona reclamada

Artículo 21

1. Una vez concedida la extradición, la Parte requerida comunicará inmediatamente a la Parte requirente que la persona reclamada se encuentra a su disposición.

2. Si, en el plazo de 60 (sesenta) días a partir de la comunicación, la persona reclamada no hubiera sido retirada por la Parte requirente, la Parte requerida le dejara en libertad y no lo detendrá nuevamente por el mismo hecho delictivo.

3. La entrega de la persona reclamada, será postergada, bajo custodia de la Parte requerida, sin afectar la efectividad de la extradición, cuando:

a) una enfermedad grave impida que, sin peligro de vida, sea ella transportada para la Parte requirente;

b) Se encontrara sometida a acción penal en la Parte requerida por otro delito. En este caso, si estuviera siendo procesada, su extradición podrá ser postergada hasta la finalización del proceso y, en caso de condenación, hasta el momento en que se haya cumplido la pena.

Artículo 22

La Parte requirente podrá enviar a la Parte requerida, con previa aquiescencia de está, agentes debidamente autorizados, tanto para auxiliar en el reconocimiento de la identidad de la persona reclamada y para conducirlo al territorio de la primera. Dichos agentes no podrán ejercer actos de autoridad en el territorio de la Parte requerida y quedarán subordinados a las autoridades de ésta. Los gastos realizados correrán por cuenta de la Parte requirente.

CAPITULO IX
Del transito de la persona reclamada

Artículo 23

1. El transito, por el territorio de cualquiera de las Partes, de una persona entregada por un tercer Estado a una de ellos y que no sea ciudadano del país de transito, será permitido independientemente de cualquier formalidad judicial. Para esto bastará una simple solicitud hecha por vía diplomática, acompañada de la presentación, en original o copia autentica, del documento a través del cual el Estado de refugio hubiera concedido la extradición.

2. El transito podrá ser rehusado por graves razones de orden publico, o cuando el hecho que determinó la extradición sea uno de los que, según este Tratado, no la justificarían.

3. No será necesario solicitar el tránsito de una persona reclamada cuando se empleen medios de transporte aéreo que no prevean aterrizaje en territorio del Estado de Tránsito, salvo el caso de aeronaves militares.

CAPITULO X
De los Costos

Artículo 24

Estarán a cargo de la Parte requerida los costos derivados del pedido de extradición, hasta el momento de la entrega de la persona reclamada a los agentes debidamente habilitados de la Parte requirente, estando a cargo de ésta los posteriores, inclusive los gastos de traslado.

CAPITULO XI
De los documentos, objetos y valores

Artículo 25

1. Resguardados los derechos de terceros y atendidas las disposiciones de la legislación de la Parte requerida, todos los documentos, objetos y valores que se relacionen con el delito y que, en el momento de la prisión, hayan sido encontrados en poder de la persona reclamada, serán entregados, con esta, a la Parte requirente.

2. Los documentos, objetos y valores en poder de terceros y que tengan igualmente relación con el delito, serán también aprehendidos, más solamente serán entregados después de que hayan sido resueltas las excepciones antepuestas por los interesados.

3. Atendidas las salvedades anteriores, la entrega de los referidos documentos, objetos y valores a la Parte requirente será efectuada, aunque la extradición, ya concedida, no haya sido efectuada, por motivo de fuga o muerte de la persona reclamada.

4. En el caso de que los documentos, objetos y valores sean necesarios para proceder a la instrucción del proceso, la Parte requerida podrá conservarlos durante el tiempo que sea necesario.

CAPITULO XII
De la reconducción de la persona extraditada

Artículo 26

La persona extraditada que, después de ser entregada por un Parte a otra, consiguiera escapar de la acción de la justicia y retornar a la Parte requerida, será detenido mediante simple pedido hecho por vía diplomática y será entregado, nuevamente, sin otra formalidad, a la Parte a la cual ya haya sido concedida su extradición.

CAPITULO XIII
Del Concurso de Pedidos

Artículo 27

Cuando la extradición de una misma persona fuera solicitada por más de un Estado, se procederá de la siguiente manera:

a) Cuando se trate del mismo hecho, se dará preferencia, al pedido del Estado en cuyo territorio haya sido cometido el delito;

b) Cuando se trate de hechos diferentes, se dará preferencia al pedido del Estado en cuyo territorio haya sido cometido el delito más grave, a juicio de la Parte requerida;

c) Cuando se trate de hechos distintos, aunque la Parte requerida los considere de igual gravedad, se dará preferencia al pedido presentado en primer lugar.

CAPITULO XIV
De la solución de controversias

Artículo 28

Las controversias que surjan entre las Partes sobre las disposiciones contenidas en el presente Tratado, serán resueltas mediante negociaciones diplomáticas directas.

CAPITULO XV
Disposiciones Finales

Artículo 29

El pedido de extradición podrá ser denegado por la Parte requerida por razones de soberanía nacional, seguridad u orden público interno u otros intereses fundamentales.

Artículo 30

El presente Tratado estará sometido a ratificación. Los instrumentos de ratificación serán intercambiados en Santo Domingo.

Artículo 31

El presente Tratado entrara en vigor 30 (treinta) días después del intercambio de los instrumentos de ratificación, y estará vigente por tiempo indeterminado.

Artículo 32

Cada Parte podrá, en cualquier momento, denunciar el presente Tratado por la vía diplomática. La denuncia tendrá efecto 6 (seis) meses después de la fecha en que la otra Parte haya recibido la respectiva notificación. Los pedidos de extradición en trámite no serán afectados por la denuncia del Tratado.

Hecho en Brasilia, a los diecisiete (17) días del mes de noviembre del 2003, en dos originales en los idiomas español y portugués, siendo ambos textos igualmente auténticos.

POR EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL

CELSO AMORIM
Ministro de Relaciones Exteriores

POR EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA DOMINICANA

FRANCISCO GUERRERO PRATS
Secretario de Estado de Relaciones Exteriores

[TRANSLATION – TRADUCTION]

EXTRADITION TREATY BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE DOMINICAN REPUBLIC

The Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Dominican Republic, hereinafter referred to as "the Parties",

Desiring to increase the effectiveness of the Parties' efforts to prevent crime,

Observing the principles of respect for sovereignty and of non-interference in the internal affairs of each of the Parties, as well as the rules of International Law, and

Aware of the need to co-operate to the fullest extent possible in the extradition of persons who are being prosecuted or who have been found guilty or sentenced by the competent authorities of the Parties,

Conclude this Treaty under the following terms:

CHAPTER I. OBLIGATION TO EXTRADITE

Article 1

The Parties undertake to extradite to each other, in accordance with the conditions established in this Treaty and the internal regulations of each of the Parties, persons answerable to a criminal process or who have been sentenced by the judicial authorities of one of the Parties and who are located in the territory of the other Party, for the enforcement of a sentence of imprisonment.

CHAPTER II. ADMISSIBILITY

Article 2

1. For extradition to be granted, it is necessary that:
   a) The Requesting Party has jurisdiction to try the acts on which the extradition request is based, whether or not they have been committed on its territory;
   b) The laws of both Parties impose minimum sentences of deprivation of liberty of one year, irrespective of the circumstances and denomination of the offence; and
   c) The part of the sentence not yet served is equal or greater than one year, in the case of extradition for the enforcement of a sentence.

2. Where the request for extradition refers to more than one offence and some of the offences do not satisfy the requirements of this article, extradition may be granted if at least one of the offences satisfies the aforementioned requirements.

3. The extradition applies to authors, co-authors and accomplices, regardless of their degree of participation in the offence, in accordance with the provisions of this Treaty.

4. The acts foreseen in multilateral agreements, duly ratified by the Parties involved in the request, also authorise the extradition.

5. With regard to tax offences or offences against the economic, financial and monetary order, extradition shall be granted in adherence to this Treaty and to the legislation of the Requested Party. The extradition may not be refused on the grounds that the law of the Requested Party does not impose the same type of tax or duty, or that these are not regulated in the same way by the law of both Parties.

CHAPTER III. INADMISSIBILITY

Article 3

1. Extradition shall not be granted:
   a) Where, for the same act, the person sought has already been tried, amnestied or pardoned in the Requested Party;
   b) Where the person sought has to appear in the Requesting Party before a tribunal or trial of special jurisdiction;
   c) Where the criminal offence for which extradition is being requested is of a strictly military nature;
   d) Where the offence constitutes a political offence or related act;
   e) Where the Requested Party has well-founded reasons to believe that the request for extradition has been presented with the aim of persecuting or sanctioning the person sought on the grounds of race, religion, nationality or political opinions, or to believe that the situation of said person may be prejudiced for any of those reasons.

2. The categorisation of the offence shall fall solely to the authorities of the Requested Party.

3. The allegation of a political purpose or motive shall not prevent extradition if the act were to constitute, primarily, a violation of common law. In such a case, the grating of extradition shall be dependent upon the formal undertaking by the Requesting Party that the political purpose or motive shall not contribute toward making the penalty more severe.

4. For the purposes of this Treaty, purely military offences shall be considered those offences consisting of acts or facts alien to ordinary criminal law and which result, solely, from special legislation applicable to the military and intended to maintain order and discipline in the Armed Forces.

5. The mere allegation of a political purpose in the commission of a crime shall not classify it as an offence of that nature.

Article 4

For the purposes of this Treaty, the following shall not be considered offences of a political nature:

a) Attempts against the life of a foreign Head of State or Government, or against members of his or her family;

b) Genocide, war crimes and crimes committed against the peace and security of mankind;

c) Acts of terrorism, such as:

   i) An attempt against the life, physical integrity or liberty of persons who have the right to international protection, such as diplomatic personnel;

   ii) Hostage-taking or the kidnapping of persons;

   iii) An attempt against persons or property committed by means of the use of bombs, grenades, rockets, mines, firearms, explosives or similar devices;

   iv) Illicit acts of capture of vessels or aircraft;

   v) The attempt to commit offences stipulated in this article or the participation, as co-author or accomplice, of a person who commits or attempts to commit such offences;

   vi) Any act of violence not included among the above and which is directed against the life, physical integrity or liberty of persons or which attempts to affect the institutions.

Article 5

To categorise the political nature of the offence, the Requested Party may take into consideration the fact that the Requesting Party is endowed with the form of government based on representative democracy.

CHAPTER IV. OPTIONAL GROUNDS FOR REFUSAL

Article 6

Where extradition is viable in accordance with the provisions of this Treaty, the nationality of the person sought shall not be invoked in order to refuse the extradition, unless a constitutional provision establishes the contrary. The Party that for this reason does not surrender its national shall, at the request of the Requesting Party, bring that person to trial, keep the Requesting Party informed of the progress of the trial and, once the latter has concluded, shall transmit a copy of the sentence.

For the purposes of this article, the condition of national shall be determined by the legislation of the Requested Party, as established at the time of the decision on the extradition, and upon the condition that the nationality has not been acquired with the fraudulent purpose of preventing extradition.

Article 7

The statute of limitations for the legal proceedings or penalty of the crimes for which extradition is being sought shall be regulated by the law of the Requesting Party. The Requested Party may, furthermore, refuse extradition if the proceedings or penalty have become time barred according to its legislation.

Article 8

Extradition may be refused if the person sought is being tried in the territory of the Requested Party for the acts upon which the request is based.

CHAPTER V. GUARANTEES TO THE PERSON EXTRADITED

Article 9

The person extradited by virtue of this Treaty may not:

a) Be surrendered to a third country that is seeking said person, save with the consent of the Requested Party; nor

b) Be prosecuted and tried for any other infraction committed previously. However, the Requesting Party may request an extension of the extradition that has been granted.

Article 10

The person sought shall be guaranteed a broad defence, the assistance of a defence lawyer and, if necessary, the assistance of an interpreter, in accordance with the legislation of the Requested Party.

Article 11

Where the categorisation of the alleged act is modified during the proceedings, the person sought shall be prosecuted or tried only insofar as the elements constituting the offence which correspond to the new classification permit extradition.

Article 12

Extradition shall not be granted without the Requesting Party guaranteeing that the time in detention imposed on the person sought in the Requested Party, as a result of the extradition, shall be taken into account.

Article 13

Where the offence that determines the request for extradition is punishable with the death penalty, life imprisonment or penalties that attempt against physical integrity, and inhuman or degrading treatments, the Requested Party may make extradition conditional upon receiving a prior guarantee from the Requesting Party, through the diplomatic channel, that, if the person is convicted, said penalties shall not be imposed, the first two being converted into the maximum penalty of loss of liberty foreseen under the legislation of the Requested Party.

CHAPTER VI. PROCEDURE

Article 14

1. The request for extradition shall be made through the diplomatic channel, by means of the presentation of the following documents:

a) In the case of a person who has not been convicted: the original or an authentic copy of the warrant of arrest or of its equivalent, issued by the competent foreign authority;

b) In the case of a person who has been convicted: the original or authentic copy of the guilty verdict and a certificate to the effect that the sentence has not been fully served and of the time that still remains to be served.

2. The items or documents presented shall contain a precise indication of the act of which the person stands accused, its date and place, as well as data or records necessary to verify the identity of the person sought. They shall also be accompanied by copies of the texts of the law applicable to the matter in the Requesting Party, of the texts on which said Party's competence is based, as well as of the legal provisions relating to the statute of limitations relating to the criminal proceedings or conviction.

3. The Requesting Party shall also present proof or evidence that the person sought had entered or remains in the territory of the Requested Party.

4. If the request for extradition is not duly formalised and filed, the Requested Party shall request that the Requesting Party, within a period of 60 (sixty) days from the time that the communication was received, make good the deficiencies that have been noted. At the end of this period, the request shall be judged in the light of the available elements.

Article 15

The documents accompanying the request for extradition shall be accompanied by a translation thereof into the language of the Requested Party.

Article 16

No Certification shall be required where the documents are sent through the diplomatic channel.

Article 17

In the case of an extradition being refused, reasons for the decision shall be provided. It shall not be possible to submit a new request based on the same acts which gave rise to the previous request.

Article 18

The Requesting Party that is granted the extradition shall inform the Requested Party of the final decision made on the case that gave rise to the request for extradition, should that decision establish the innocence of the person sought.

CHAPTER VII. PREVENTIVE DETENTION

Article 19

1. The Requesting Party may request, in urgent cases, the preventive detention of the person sought, as well as the seizure of items relating to the offence.

2. The detention having been executed, the Requesting Party must formalise the request within a period of 60 (sixty) days. In the event that the request is not formalised in the period stipulated, the person sought shall be set at liberty and a new request for detention for the same act shall only be admitted if all the formalities required in this Treaty are taken up again.

Article 20

The request for preventive detention for the purpose of extradition shall be presented by the Requesting Party to the Requested Party through the diplomatic channel or by way of the International Criminal Police Organisation (INTERPOL). The request may be transmitted by post, fax or by any other means affording communication in writing.

CHAPTER VIII. SURRENDER OF THE PERSON SOUGHT

Article 21

1. Once extradition has been granted, the Requested Party shall immediately inform the Requesting Party that the person sought is held at its disposition.

2. If in the period of 60 (sixty) days following the communication, the person sought has not been removed by the Requesting Party, the Requested Party shall set the person sought at liberty and shall not detain him or her again for the same offence.

3. The surrender of the person sought shall be postponed, under the custody of the Requested Party, without affecting the effectiveness of the extradition, where:

a) A serious illness prevents, without danger to his or her life, the person from being transported to the Requesting Party;

b) The person sought faces criminal proceedings in the Requested Party for another offence. In this case, if the person is being prosecuted, the extradition may be postponed until the trial has been completed and, in the event of being convicted, until the sentence has been served.

Article 22

The Requesting Party may send to the Requested Party, with the latter's prior consent, duly authorised agents, both to aid in confirming the identity of the person sought and to convey that person to the territory of the Requesting Party. Such agents shall not perform any acts of authority in the territory of the Requested Party and shall be subordinated to the latter's authorities. The costs incurred shall be borne by the Requesting Party.

CHAPTER IX. TRANSIT OF THE PERSON SOUGHT

Article 23

1. The transit across the territory of either of the Parties of a person surrendered by a third State to one of the Parties, and who is not a national of the transit State, shall be permitted independently of any judicial formality. For this purpose it shall suffice that a simple application be made through the diplomatic channel, accompanied by the presentation, either in the original or of an authentic copy, of the document by means of which the State of refuge granted the extradition.

2. Transit may be refused for grave reasons of public order, or where the act that determined the extradition was one of those which, under this Treaty, would not justify it.

3. A transit request for a person sought shall not be necessary when air transport is used and no landing is scheduled in the territory of the transit State, save in the case of military aircraft.

CHAPTER X. COSTS

Article 24

The costs deriving from the request for extradition shall be borne by the Requested Party until the moment when the person sought is surrendered to the duly authorised agents of the Requesting Party. The latter shall bear the subsequent costs, including the costs of conveying the person sought.

CHAPTER XI. DOCUMENTS, ITEMS AND VALUABLES

Article 25

1. Subject to the duly protected rights of third parties and in compliance with the provisions of the legislation of the Requested Party, all documents, items and valuables concerning the offence and which, at the time of detention, were found in the possession of the person sought, shall be surrendered, together with the person, to the Requesting Party.

2. Documents, items or valuables in the possession of third parties, and which equally concern the offence, shall also be seized, but shall only be surrendered after all the appeals lodged by the interested parties have been resolved.

3. Subject to the aforementioned limitations, the surrender to the Requesting Party of said documents, items and valuables shall be carried out, even if the extradition, having been granted, cannot be carried out due to the escape or death of the person sought.

4. In the event that the documents, items and valuables are necessary for the preparation of the proceedings, the Requesting Party may retain them for the time required.

CHAPTER XII. RE-SURRENDER OF THE PERSON EXTRADITED

Article 26

A person extradited who, after having been surrendered by one of the Parties to the other, succeeds in escaping justice and returns to the Requested Party, shall be detained upon simple request through the diplomatic channel and surrendered anew, without other formalities, to the Party to which the person’s extradition had already been granted.

CHAPTER XIII. CONCURRENT REQUESTS

Article 27

Where the extradition of the same person is requested by more than one State, the process shall be as follows:

a) In respect of the same act, preference shall be given to the request of the State in whose territory the offence was committed;

b) In respect of different acts, preference shall be given to the request of the State in whose territory the more serious offence was committed, in the judgement of the Requested Party;

c) In respect of different acts, even if the Requested Party considers them to be of equal gravity, preference shall be given to the request that was submitted first.

CHAPTER XIV. SETTLEMENT OF DISPUTES

Article 28

Disputes arising between the Parties regarding the provisions contained in this Treaty shall be resolved by means of direct diplomatic negotiations.

CHAPTER XV. FINAL PROVISIONS

Article 29

The request for extradition may be refused by the Requested Party for reasons of national sovereignty, security or internal public order, or for other fundamental interests.

Article 30

This Treaty shall be subject to ratification. The instruments of ratification shall be exchanged in Santo Domingo.

Article 31

This Treaty shall enter into force 30 (thirty) days after the exchange of the instruments of ratification, and shall remain in force indefinitely.

Article 32

Each Party may, at any time, denounce this Treaty through the diplomatic channel. The denunciation shall take effect 6 (six) months after the date on which the other Party receives the respective notification. The requests for extradition in progress shall not be affected by the denunciation of this Treaty.

DONE in Brasilia, on the 17 November 2003, in two originals in the Spanish and Portuguese languages, both texts being equally authentic

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

CELSO AMORIM
Minister of Foreign Affairs

For the Government of the Dominican Republic:

FRANCISCO GUERRERO PRATS
Secretary of State for Foreign Affairs

[TRANSLATION – TRADUCTION]

TRAITÉ D'EXTRADITION ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE DOMINICAINE

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République dominicaine, ci-après dénommés « les Parties »,

Désireux d'accroître l'efficacité des efforts menés par les Parties en matière de répression des délits,

Reconnaissant les principes du respect de la souveraineté et de la non-ingérence dans les affaires intérieures de chacune des Parties, ainsi que les normes du droit international, et

Conscients du besoin de renforcer leur coopération en matière d'extradition de personnes poursuivies en justice, reconnues coupables ou condamnées par les autorités compétentes des Parties,

Sont convenus de conclure le présent Traité d'extradition dans les termes suivants :

CHAPITRE I. OBLIGATION D'EXTRADER

Article premier

Les Parties s'engagent à se livrer réciproquement, en vertu des dispositions du présent Traité et dans le respect mutuel de leurs normes intérieures respectives, toute personne faisant l'objet de poursuites pénales ou condamnée par les autorités judiciaires d'une des Parties et se trouvant sur le territoire de l'autre, aux fins de faire exécuter une peine privative de liberté.

CHAPITRE II. DÉLITS DONNANT LIEU À EXTRADITION

Article 2

1. L'extradition est accordée si :
   a) Le délit pour lequel l'extradition est demandée relève de la juridiction criminelle de la Partie requérante, qu'il ait été commis sur son territoire ou non;
   b) Le délit est passible, en vertu de la législation des deux Parties, d'une peine d'emprisonnement d'une durée supérieure à un an, quelles que soient les circonstances dans lesquelles il a été commis et sa classification; et
   c) La sentence qu'il reste à exécuter est d'un an au minimum dans le cas d'une extradition aux fins de purger une peine.

2. Si la demande d'extradition vise plusieurs délits dont certains ne remplissent pas les conditions définies au présent article, l'extradition peut être accordée si au moins un de ces délits remplit lesdites conditions.

3. L'extradition peut viser les auteurs, coauteurs et complices d'un délit, quel que soit leur degré de participation à celui-ci, conformément aux dispositions du présent Traité.

4. L'extradition peut également être accordée au titre de faits visés par des accords multilatéraux dûment ratifiés par les Parties concernées.

5. En matière d'infractions fiscales ou portant atteinte à l'ordre économique, financier et monétaire, l'extradition est accordée conformément aux dispositions du présent Traité et à la législation de la Partie requise. L'extradition ne peut être refusée au motif que la législation de la Partie requise n'impose pas le même type de taxe ou de taux, ou que ces questions ne sont pas règlementées de la même manière dans la législation des deux Parties.

CHAPITRE III. EXCEPTIONS À L'OBLIGATION D'EXTRADER

Article 3

1. L'extradition n'est pas accordée :
   a) Si la personne dont l'extradition est demandée a déjà été jugée ou a fait l'objet d'une grâce ou d'une amnistie dans la Partie requise;
   b) Si la personne réclamée doit être jugée par un tribunal d'exception ou spécial sur le territoire de la Partie requérante;
   c) Si l'infraction pénale pour laquelle l'extradition est demandée constitue un délit de nature strictement militaire;
   d) Si l'infraction est considérée comme une infraction de caractère politique ou connexe;
   e) Si la Partie requise a de sérieux motifs de croire que la demande d'extradition a été présentée aux fins de poursuivre ou de punir la personne réclamée en raison de sa race, de sa religion, de sa nationalité ou de ses opinions politiques, ou si elle a des raisons de croire que la situation de cette personne pourrait être aggravée par ces motifs.

2. La classification du délit relève de la compétence exclusive des autorités de la Partie requise.

3. L'allégation selon laquelle le délit visait un but politique ou obéissait à un motif politique ne fait pas obstacle à l'extradition si le délit constitue principalement une infraction de droit commun. Dans ce cas, l'extradition pourra être accordée à condition que la Partie requérante s'engage formellement à ce que le but ou le motif politique du délit n'aggravera pas la peine de la personne réclamée.

4. Aux fins du présent Traité, sont considérées de nature strictement militaires les infractions pénales consistant en faits ou actes ne relevant pas du droit pénal commun et

relevant uniquement d'une législation spéciale applicable aux militaires et liée au maintien de l'ordre ou de la discipline au sein des forces armées.

5. La simple allégation selon laquelle le délit visait un but politique n'en fait pas un délit politique.

Article 4

Aux fins du présent Traité, ne sont considérés en aucun cas comme des infractions de nature politique :

a) Les attentats contre la vie d'un chef d'État ou d'un gouvernement étranger ou d'un membre de sa famille;

b) Le génocide, les crimes de guerre et les crimes portant atteinte à la paix et à la sécurité de l'humanité;

c) Les actes de terrorisme, tels que :

   i) Les attentats contre la vie, l'intégrité physique ou la liberté du personnel diplomatique ou d'autres personnes protégées internationalement;

   ii) La prise d'otages ou l'enlèvement de personnes;

   iii) Les attentats contre des personnes ou des biens commis au moyen de bombes, grenades, fusées, mines, armes à feu, explosifs ou d'autres dispositifs semblables;

   iv) Les actes de capture illicite de navires ou d'aéronefs;

   v) La tentative de participation ou la participation aux délits visés au présent article d'une personne qui, en tant que coauteur ou complice, commet ou tente de commettre lesdits délits;

   vi) Tout autre acte violent dirigé contre la vie, l'intégrité physique ou la liberté des personnes ou qui cherche à nuire aux institutions.

Article 5

Pour qualifier la nature politique du délit, la Partie requise peut tenir compte du fait que la Partie requérante est dotée d'un gouvernement démocratique et représentatif.

CHAPITRE IV. REFUS DISCRÉTIONNAIRE D'EXTRADITION

Article 6

Si l'extradition peut être accordée en vertu des dispositions du présent Traité, elle ne peut être refusée au motif de la nationalité de la personne réclamée, sauf disposition constitutionnelle contraire. La Partie refusant pour cette raison d'extrader un de ses ressortissants facilite son procès, à la demande de la Partie requérante, informe celle-ci de son avancement et lui remet un exemplaire du jugement.

Aux fins du présent article, la qualité de ressortissant est déterminée par la législation de la Partie requise, prise en compte au moment de la décision sur l'extradition, et à condition que cette nationalité n'ait pas été acquise par l'intéressé dans le but illicite d'empêcher son extradition.

Article 7

La prescription des poursuites ou de la peine pour les délits sur lesquels la demande d'extradition est fondée est régie par la législation de la Partie requérante. La Partie requise peut en outre refuser l'extradition si, selon sa législation, les poursuites ou la peine sont prescrites.

Article 8

L'extradition peut être refusée si la personne réclamée est en train d'être jugée sur le territoire de la Partie requise au titre des délits pour lesquels l'extradition est demandée.

CHAPITRE V. DROITS DE LA PERSONNE EXTRADÉE

Article 9

La personne extradée en vertu du présent Traité ne peut être :

a) extradée vers un pays tiers la réclamant sans le consentement de la Partie requise; ni

b) poursuivie en justice et jugée pour toute autre infraction commise avant l'extradition, la Partie requérante pouvant néanmoins demander à la Partie requise d'étendre l'extradition accordée.

Article 10

La personne réclamée peut pleinement exercer son droit à la défense, elle dispose d'un avocat et, si nécessaire, d'un interprète conformément à la législation de la Partie requise.

Article 11

Si au cours de la procédure, la classification du délit au titre duquel la personne est réclamée est modifiée, ladite personne est jugée et condamnée à condition que les éléments essentiels du délit correspondant à la nouvelle classification permettent l'extradition.

Article 12

L'extradition n'est accordée que si la Partie requérante s'engage à prendre en compte la période de détention purgée par la personne réclamée dans la Partie requise dans le cadre de la demande d'extradition.

Article 13

Si l'infraction sur laquelle s'appuie la demande d'extradition est passible de peine capitale, de prison à vie ou de peines portant atteinte à l'intégrité physique et de traitements inhumains et dégradants, la Partie requise peut subordonner l'extradition à la garantie préalable, de la part de la Partie requérante, par la voie diplomatique, que lesdites peines ne seront pas appliquées, et que les deux premières seront remplacées par la peine privative de liberté maximale admise par la législation de la Partie requise.

CHAPITRE VI. PROCÉDURE

Article 14

1. La demande d'extradition est transmise par la voie diplomatique et doit être accompagnée des documents suivants :

a) Si la demande d'extradition se réfère à une personne non condamnée : l'original ou une copie certifiée conforme du mandat d'arrêt ou de l'acte d'accusation délivrés par l'autorité étrangère compétente;

b) Si la demande d'extradition se réfère à une personne condamnée : l'original ou une copie certifiée conforme du jugement définitif et une attestation indiquant dans quelle mesure la peine a été exécutée et la période de détention qu'il reste à purger.

2. Les documents et autres types d'information produits à l'appui de la demande doivent exposer précisément les actes reconnus comme constituant l'infraction ainsi que le lieu et la date où celle-ci a été commise, et donner des renseignements pouvant être utiles pour établir l'identité de la personne réclamée. La demande sera également accompagnée de copies des textes de loi applicables à l'infraction dans la Partie requérante et établissant la compétence de celle-ci pour juger la personne réclamée, ainsi que les dispositions légales relatives à la prescription de la poursuite pénale ou de la condamnation.

3. La Partie requérante présente également des preuves ou indices que la personne réclamée est entrée ou réside sur le territoire de la Partie requise.

4. Si la demande d'extradition n'est pas dûment formalisée et instruite, la Partie requérante doit présenter à la Partie requise les éléments manquants dans un délai maximal de 60 (soixante) jours à compter de la date de réception de la communication. Au terme de ce délai, la demande sera examinée sur la base des éléments disponibles.

Article 15

Les documents produits à l'appui de la demande d'extradition seront accompagnés de leur traduction dans la langue de la Partie requise.

Article 16

Les documents acheminés par la voie diplomatique sont exemptés de certification.

Article 17

En cas de refus d'accéder à l'extradition, cette décision doit être dûment étayée, et aucune nouvelle demande au titre des mêmes délits sur lesquels s'appuyait la demande l'extradition ne peut être présentée.

Article 18

La Partie requérante ayant obtenu l'extradition communique à la Partie requise l'arrêt final portant sur les délits au titre desquels la demande d'extradition a été faite, si cet arrêt prononce l'innocence de la personne réclamée.

CHAPITRE VII. DÉTENTION PRÉVENTIVE

Article 19

1. En cas d'urgence, la Partie requérante peut demander la détention préventive de la personne réclamée ainsi que la saisie des objets liés au délit.

2. Une fois la personne arrêtée, la Partie requérante doit formuler la demande officielle d'extradition dans les 60 (soixante) jours. Si la demande officielle n'a pas été présentée dans le délai prescrit, la personne réclamée est relaxée et une nouvelle période de détention préventive ne sera admise pour le même délit que si toutes les formalités exigées par le présent Traité sont reprises.

Article 20

La demande de détention préventive d'une personne réclamée peut être présentée par la Partie requérante à la Partie requise par la voie diplomatique ou par le biais de l'Organisation internationale de police criminelle (INTERPOL) par courrier, par télécopie ou tout autre mode de communication écrite.

CHAPITRE VIII. REMISE DE LA PERSONNE RÉCLAMÉE

Article 21

1. Une fois la demande d'extradition acceptée, la Partie requise informe sans délai la Partie requérante que la personne réclamée est à sa disposition.

2. Si la personne réclamée n'est pas emmenée par la Partie requérante à l'expiration d'un délai de 60 (soixante) jours à compter de la communication, la Partie requise la remet en liberté et ne peut procéder à une nouvelle arrestation pour le même délit.

3. La remise de la personne réclamée, sous la garde la Partie requise, peut être reportée sans préjudice de l'effectivité de l'extradition si :

a) La personne réclamée est atteinte d'une maladie grave et son transport par la Partie requérante peut mettre sa vie en danger;

b) La personne réclamée fait l'objet de poursuites pénales dans la Partie requise pour un autre délit. Si la personne est en cours de jugement, son extradition peut être reportée jusqu'à l'achèvement des poursuites judiciaires engagées et en cas de condamnation, jusqu'à l'accomplissement de la peine prononcée.

Article 22

La Partie requérante peut envoyer à la Partie requise, sur autorisation de celle-ci, des agents dûment autorisés afin qu'ils contribuent à reconnaître l'identité de la personne réclamée et qu'ils la conduisent vers le territoire de la Partie requérante. Ces agents ne peuvent exercer leur autorité sur le territoire de la Partie requise et sont subordonnés aux autorités de celle-ci. La Partie requérante prend en charge les frais engagés.

CHAPITRE IX. PERSONNE RÉCLAMÉE

Article 23

1. Le transit sur le territoire de l'une des Parties d'une personne remise par un État tiers à l'une des Parties et qui n'est pas ressortissante du pays de transit, sera autorisé quelles que soient les formalités judiciaires. Il suffira pour cela de faire une simple demande par la voie diplomatique et l'accompagner du document, original ou en copie certifiée conforme, attestant que l'État de refuge a accordé l'extradition,

2. Le transit peut être refusé sur la base de graves raisons d'ordre public ou si le délit au titre duquel l'extradition a été déterminée ne constitue pas une infraction donnant lieu à extradition en vertu du présent Traité.

3. Aucune autorisation de transit n'est requise si la personne réclamée est transportée par voie aérienne et qu'aucun atterrissage n'est prévu sur le territoire de l'État de transit, sauf en cas de transport en aéronefs militaires.

CHAPITRE X. FRAIS

Article 24

La Partie requise prend à sa charge les frais liés à la demande d'extradition jusqu'à la remise de la personne réclamée aux agents dûment autorisés de la Partie requérante, laquelle assumera les dépenses ultérieures, y compris les frais de transport.

CHAPITRE XI. DOCUMENTS, ARTICLES ET OBJETS DE VALEUR

Article 25

1. Dans la mesure où la législation de la Partie requise le permet et sans préjudice des droits des tiers, tous les documents, articles ou objets de valeur relatifs au délit en la possession de la personne réclamée au moment de sa détention sont remis à la Partie requérante, en même temps que la personne en question.

2. Les documents, articles ou objets de valeur en possession de tiers et également relatifs au délit sont aussi saisis, mais ne sont remis qu'une fois que les exceptions présentées par les intéressés ont été examinées.

3. Dans la mesure où les dispositions précédentes sont respectées, lesdits documents, articles et objets de valeur sont remis à la Partie requérante, y compris si l'extradition, bien qu'accordée, n'a pas eu lieu en raison de l'évasion ou du décès de la personne réclamée.

4. Si les documents, articles ou objets de valeur sont nécessaires pour l'instruction du procès, la Partie requise peut les conserver pendant le laps de temps qu'elle considère nécessaire.

CHAPITRE XII. NOUVELLE REMISE DE LA PERSONNE RÉCLAMÉE

Article 26

Si, après avoir été remise par une Partie à l'autre, la personne extradée parvient à se soustraire à l'action de la justice et à retourner sur le territoire de la Partie requise, elle sera arrêtée sur simple demande par la voie diplomatique et sera à nouveau remise, sans autres formalités, à la Partie à qui l'extradition a déjà été accordée.

CHAPITRE XII. DEMANDES CONCURRENTES

Article 27

Si l'extradition d'un même individu a été requise par plus d'un État, la procédure sera la suivante :

a) S'agissant d'un même délit, la demande de l'État sur le territoire duquel le délit a été commis est traitée en priorité;

b) S'agissant de délits différents, la demande de l'État sur le territoire duquel le délit le plus grave a été commis, au jugement de la Partie requise, est traitée en priorité;

c) S'agissant de délits différents, bien que jugés d'une gravité équivalente par la Partie requise, la demande présentée en premier lieu est traitée en priorité.

CHAPITRE XIV. RÈGLEMENT DE DIFFÉRENDS

Article 28

Les différends pouvant surgir entre les Parties relativement aux dispositions du présent Traité seront résolus par le biais de négociations diplomatiques directes.

CHAPITRE XV. DISPOSITIONS FINALES

Article 29

La demande d'extradition peut être refusée par la Partie requise si elle risque de porter atteinte à la souveraineté nationale, la sécurité, l'ordre public ou tout autre intérêt essentiel.

Article 30

Le présent Traité entrera en vigueur sous réserve de sa ratification. Les instruments de ratification seront échangés à Saint-Domingue.

Article 31

Le présent Traité entrera en vigueur 30 (trente) jours après l'échange des instruments de ratification, et sera en vigueur pour une durée indéterminée.

Article 32

Chaque Partie peut, à tout moment, dénoncer le présent Traité par la voie diplomatique. La dénonciation deviendra effective dans un délai de 6 (six) mois à compter de la date à laquelle l'autre Partie aura reçu la notification. Les demandes d'extradition à l'étude ne sont pas concernées par la dénonciation du Traité.

FAIT à Brasilia, le 17 novembre 2003, en deux exemplaires originaux en langues espagnole et portugaise, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil :

CELSO AMORIM
Ministre des relations extérieures

Pour le Gouvernement de la République dominicaine :

FRANCISCO GUERRERO PRATS
Secrétaire d'État aux relations extérieures